



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE POUSO ALEGRE – MG

Processo nº 1741-77.2010.4.01.3810

Reqte: Ministério Público Federal

Reqdo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas

Ref. Ação Civil Pública

TERMO DE AUDIÊNCIA

No dia 14 de abril de 2011, às 14:20h, na sala de audiências da Vara Federal da Subseção Judiciária em Pouso Alegre, presente a Juíza Federal Trícia de Oliveira Lima, comigo Técnica Judiciária, apregoados, compareceu o requerente na pessoa do Procurador da República José Lucas Perroni Kalil e o requerido na pessoa do Reitor Substituto, em Exercício, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Ifsuldeminas, Renato Ferreira de Oliveira, e o Procurador Federal Dauri Ribeiro da Silva. Aberta a audiência, pelo Ministério Público Federal e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Ifsuldeminas foi submetida a homologação a seguinte proposta de acordo:

1. O IFSULDEMINAS obriga-se a não nomear qualquer candidato aprovado nos concursos dos Editais n.ºs 1 e 2/2010 para os campi de Machado, Muzambinho e Inconfidentes enquanto houver candidato habilitado para o mesmo cargo nos concursos de 2009, cujo edital previa nomeação para um campus em específico somente.

2. Os candidatos dos concursos que, a exemplo do Edital n.º 1/2009 (Muzambinho) e para o cargo de Contador do Edital n.º 2/2009 (Machado) deverão ser nomeados para quaisquer vagas em quaisquer campi do IFSULDEMINAS, uma vez que os respectivos Editais não previam limitação de lotação em um campus em específico.

3. No caso específico do cargo de Contador, uma vez que também houve concurso no campus de Inconfidentes no ano de 2009, o IFSULDEMINAS obriga-se a não nomear os candidatos aprovados por meio do concurso deflagrado pelo Edital n.º 2/2009 (Machado) em detrimento dos aprovados para o mesmo cargo especificamente em Inconfidentes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE POUSO ALEGRE – MG

4. No caso em específico dos cargos de Assistente Social, Analista de Tecnologia da Informação e de Técnico em Tecnologia da Informação, uma vez que os mesmos foram objeto dos concursos deflagrados pelo Edital n.º 1/2009 (Muzambinho) e 14/2009 (Inconfidentes), bem como de concurso deflagrado em 2010, (i) não se nomeará aprovado no concurso de Muzambinho para o campus de Inconfidentes, (ii) não se nomeará candidato aprovado no concurso de 2010 para as unidades do IFSULDEMINAS enquanto o concurso de 2009 de Muzambinho ainda estiver válido.

5. No caso em específico de Assistente de Alunos, uma vez que foi objeto do concurso deflagrado pelo Edital n.º 1/2009 (Muzambinho) e por concurso em 2010, não se nomeará candidatos dos concursos de 2010 enquanto restarem candidatos aprovados pelo concurso de 2009, enquanto perdurar o prazo de validade deste.

6. Existindo vagas que, anunciadas nos concursos de 2010, não tenham ainda sido até o presente momento preenchidas, e não mais subsistindo motivos externos, a exemplo da Portaria n.º 39 do MPOG, a impedir, de forma geral e abstrata, novas nomeações, e enquanto válidos o concurso a que se refere o edital n.º 1/2009 (Muzambinho), o IFSULDEMINAS obriga-se a proceder a nomeação dos aprovados no Concurso deflagrado pelo edital referido.

7. Quanto aos demais casos, o IFSULDEMINAS resguarda-se no direito de escolher o momento adequado para nomeação dos candidatos aprovados, tanto nos concursos de 2009 ainda válidos, quanto nos concursos de 2010.

8. As partes expressamente desistem do direito de recorrer.

9. O IFSULDEMINAS obriga-se a comunicar a celebração do presente acordo, por publicação por meio do *site* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas na *internet*, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura deste.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE POUSO ALEGRE – MG

10. O descumprimento de qualquer dessas obrigações acima assumidas pelo IFSULDEMINAS ensejará em multa de R\$20.000,00, cumulada com multa diária de R\$500,00, a contar da notificação pelo Ministério Público Federal, a qual será destinada ao Fundo Nacional de Direitos Difusos de que trata o art. 13 da Lei n.º 7.347/85.

11. Não haverá ônus sucumbenciais para as partes. Pela MM. Juíza foi proferida a sentença que segue:

Sentença n° _____ Tipo B

Homologo por sentença o presente acordo e, em conseqüência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo para eventual interposição de recurso por terceiros, certificado o trânsito, ao arquivo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Encerra-se este termo por mim assinado. _____, Jane Tibúrcio Machado, técnica judiciária, mat. MG1010015.

TRÍCIA DE OLIVEIRA LIMA
Juíza Federal Substituta

Ministério Público Federal:

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS:

Procurador Federal: